



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Concurso Público - Edital nº 001/2009
Prova Objetiva - 05/04/2009



003 – Técnico em Contabilidade

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 (quarenta) questões objetivas e 2 (duas) questões de produção de texto.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. As questões discursivas deverão ser resolvidas no caderno de provas e transcritas na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
6. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
7. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
8. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
9. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
10. As respostas das questões discursivas devem ser transcritas **NA ÍNTEGRA** para a folha de versão definitiva, com caneta preta.
Serão consideradas para correção apenas as respostas que constem na folha de versão definitiva.
11. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
12. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta e de transcrição para a folha de versão definitiva, é de 4 horas.
13. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.
14. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

Português

Estatuto

Conhecimento
Específico

Discursivas

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✕

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

PORTUGUÊS

O texto a seguir é referência para as questões 01 a 06.

Trabalho proibido para menores

Patrícia Zaidan e Fátima Souza

O Brasil regulamentou a proibição das 94 piores formas de trabalho infantil em setembro. Crianças e adolescentes não podem mais vender produtos na rua, trabalhar na lavoura, no processamento de plástico, no serviço doméstico... Você concorda com a lei? Leia, opine e veja se alguma coisa mudou de lá para cá.

1 Há cinco meses, está em vigor um decreto do presidente Lula, regulamentando artigos da *Convenção 182* da Organização
2 Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe atividades que expõem crianças e adolescentes a riscos. O decreto segue a Lista das
3 Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), documento internacional que condena 94 funções que comprometem a saúde física
4 e mental, a segurança e a moral (como é o caso do trabalho em casas de jogos e de massagem). Entre essas atividades, estão:
5 operar máquinas industriais e agrícolas; plantar e colher fumo e cana-de-açúcar; extrair pedras, areia e argila; atuar na reciclagem
6 industrial de papel, plástico e metal; trabalhar no beneficiamento de madeira e na confecção de móveis; na geração de energia
7 elétrica e construção civil pesada; ter ocupação em transportes, hospitais, enfermarias, postos de vacinação, lavanderias,
8 estaparias e câmaras frigoríficas.

9 Segundo o IBGE, um batalhão infanto-juvenil – nada menos que 4,8 milhões de menores – trabalha. Muitos jovens, nem
10 sempre contabilizados, continuam nas atividades da Lista TIP. Em alguns casos até como escravos, ao lado dos pais, como foi
11 descoberto em setembro em Placas, no Pará. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego flagrou em uma empresa
12 produtora de cacau 120 adultos e 30 crianças. Para pagar as dívidas que tinham com o patrão – que cobrava caro pelos
13 equipamentos agrícolas, comida e moradia –, os colonos colocaram os filhos na lida. A maioria das crianças estava doente, e uma
14 delas acabou ficando cega em um acidente de trabalho.

15 Diante da lei, essa situação é tão condenável quanto a dos jovens que ganham a vida no tráfico de drogas ou na
16 prostituição. Mas eles estão na lista TIP assim como o *office-boy* e a empregada doméstica. Colocar tudo sob a mesma proibição
17 acendeu uma boa discussão: num país como o nosso, onde o desemprego juvenil é três vezes maior que a taxa entre os adultos,
18 o salário médio é de 696,10 reais e a classe pobre é numericamente superior à média, o decreto resolve o problema dos jovens?
19 Não há o risco de, impedidos de trabalhar, eles passarem a ganhar a vida em negócios suspeitos, onde nem a fiscalização do
20 governo nem o Ministério Público aparecem? Há programas do governo para garantir aos garotos educação para o trabalho,
21 desenvolvimento humano e geração de renda?

22 O que diz a lei

23 É proibido o trabalho de menores de 14 anos. Dos 14 aos 15, eles só podem atuar na categoria aprendiz, com jornada de
24 cinco horas – a empresa tem que garantir que frequentem as aulas. A lei do aprendiz, regulamentada em 2005, diz que as grandes
25 empresas devem reservar de 5% a 15% dos seus quadros a jovens dessa faixa. Mas, só em São Paulo, o estado que mais
26 cumpre a regra, 40% dos empresários ignoram o seu papel.

27 O governo percebeu que, assim como está, a Lei do Aprendiz continuará sem eficácia e o número de garotos beneficiados
28 pelo programa Menor Aprendiz não ultrapassará os atuais 140 mil. Em janeiro, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou que a
29 regra será alterada. Os empresários poderão ser obrigados a preencher 5% dos cargos com adolescentes, sob pena de
30 pagamento de multa no descumprimento. A medida elevará o número para 1,5 milhão de contratados. Dos 16 aos 17 anos, o
31 trabalho é permitido observando-se as restrições do novo decreto de Lula. Hoje, 15% dos jovens estão desempregados (o índice
32 não inclui os inativos, que apenas estudam). As principais razões são a baixa escolaridade e o despreparo técnico. Para melhorar
33 a situação, o governo federal reformulou, em 2008, seis programas e os concentrou no ProJovem, que busca a reintegração ao
34 processo educacional (14 milhões de menores de 17 anos ainda estão fora da escola) e a qualificação profissional. Mas, se ele
35 receber a mesma atenção oficial dada ao programa Primeiro Emprego, vai naufragar em breve.

36 Futuro suspenso

37 O relatório *Trabalho Decente e Juventude da América Latina*, apresentado pela OIT em 2007, revela que o amanhã de 106
38 milhões de latino-americanos e caribenhos está ameaçado pelo desemprego e pela informalidade. No Brasil, segundo o Instituto
39 de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apenas 11% dos jovens de 15 a 17 anos têm carteira assinada. Ou seja: 89 % estão
40 sem a cobertura da Previdência Social, provavelmente com jornadas extensas e salário baixo. O efeito imediato é a migração de
41 um emprego para outro, o que leva os jovens a fazerem bicos. Também não se pode esquecer de que nem todos os
42 empregadores estão preparados para atuar com jovens. Alguns impõem disciplina pesada ou não sabem ensinar a função.

43 Outra questão é o destino que a sociedade lhes reserva. Como são pobres, o que se espera deles é que entrem logo no
44 mercado. Soa como a saída exclusiva para não caírem na marginalidade. A profissionalização desestruturada e precária pode
45 condenar o adolescente a ter para sempre os piores salários, em atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Ele será
46 um cidadão cuja trajetória profissional terá um limite, bem ao contrário do conceito estabelecido na *Agenda Hemisférica de*
47 *Trabalho Decente*, criada por 23 nações das Américas, bloco integrado pelo Brasil. O que o documento entende por trabalho
48 decente é a atuação produtiva, adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz
49 de garantir uma vida digna.

(Texto adaptado de *Cláudia*, ano 48, n. 2, fev. de 2009, p. 108–112.)

01 - Esse texto:

- *a) apresenta a polêmica gerada pela entrada em vigor de um decreto que versa sobre o trabalho de menores.
- b) informa sobre as condições do mercado de trabalho no Brasil.
- c) instrui os menores a buscarem seus direitos, regulamentados pela Organização Internacional do Trabalho.
- d) defende a ideia de que o governo deve garantir o sustento das famílias pobres para que os jovens não precisem trabalhar.
- e) comunica os erros e acertos do governo Lula em relação ao mercado de trabalho no Brasil.

02 - Segundo o texto, é INCORRETO afirmar:

- a) Parte da população acredita que os trabalhos de empregada doméstica e *office-boy* não deveriam compor a Lista TIP junto com trabalhos condenáveis ou com formas impróprias de ganhar dinheiro, como tráfico de drogas e prostituição.
- b) A Lei do Aprendiz, que objetiva inserir os jovens no mercado de trabalho, tem produzido resultados inferiores aos pretendidos pelo governo.
- *c) As determinações legais brasileiras que tratam do trabalho para menores contestam as determinações da Organização Internacional do Trabalho.
- d) Muitos jovens e adolescentes podem ter seu futuro profissional prejudicado por falta de qualificação.
- e) Crianças e jovens pobres trabalham em condições inadequadas porque precisam auxiliar no sustento da família.

03 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As autoras do texto utilizam as perguntas do final do terceiro parágrafo para envolver o leitor na discussão que problematiza o decreto referido no texto.
- *b) As autoras restringem-se à apresentação de argumentos contrários ao decreto.
- c) As autoras sugerem que o programa Primeiro Emprego não está recebendo a devida atenção por parte do governo.
- d) As autoras indicam que, segundo a sociedade, as possibilidades de futuro para os jovens pobres são limitadas à marginalidade ou à entrada precoce no mercado de trabalho.
- e) As autoras citam o despreparo dos empregadores como indicador da instabilidade dos jovens no emprego.

04 - Na sentença “Também não se pode esquecer de que nem todos os empregadores estão preparados para atuar com jovens” (linha 41), o termo “também” é usado pelas autoras para acrescentar uma informação nova a uma informação apresentada anteriormente e dar coesão ao texto. Assinale a alternativa que contempla, de acordo com o texto, a informação conhecida e a informação nova acrescida pela expressão “também”.

- a) Reformulação do Programa ProJovem (informação conhecida) e despreparo dos empregadores para atuar com jovens (informação nova).
- b) Imposição de disciplina pesada (informação conhecida) e não saber ensinar a função (informação nova).
- c) Previdência social (informação conhecida) e despreparo dos empregadores para atuar com jovens (informação nova).
- *d) Jornadas extensas e baixos salários (informação conhecida) e despreparo dos empregadores para atuar com jovens (informação nova).
- e) O relatório Trabalho Decente e Juventude da América Latina (informação conhecida) e ameaça pelo desemprego e pela informalidade (informação nova).

05 - Para apresentar os motivos de os jovens terem seu futuro suspenso, as autoras iniciam o último parágrafo do texto com a seguinte sentença: “Outra questão é o destino que a sociedade lhes reserva”. A expressão “outra questão” indica que as autoras já haviam apresentado em outra parte do texto uma ou mais questões. Assinale a alternativa que corresponde à(s) questão(ões) responsável(is) pela suspensão do futuro dos jovens citada(s) anteriormente no texto.

- *a) O desemprego e a informalidade.
- b) O tráfico de drogas e a prostituição.
- c) A proibição do trabalho de menores de 14 anos.
- d) O Programa Primeiro Emprego e o Programa ProJovem.
- e) O relatório *Trabalho Docente e Juventude da América Latina*.

06 - Sobre o texto, considere as seguintes afirmativas:

1. A expressão “de lá para cá”, no texto de apresentação dessa reportagem, refere-se ao período de tempo compreendido entre o mês de setembro de 2008 e o mês de fevereiro de 2009.
2. As expressões “alguns” (linha 42), “lhes” e “deles” (linha 43) referem-se aos jovens.
3. A expressão “atividades que expõem crianças e adolescentes a riscos” (linha 2) é retomada em seguida pela expressão “essas atividades” (linha 4).
4. A expressão “essa situação” (linha 15) retoma a sentença “uma delas acabou ficando cega em um acidente de trabalho” (linha 13).

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- *b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

O texto a seguir é referência para as questões 07 a 10.

Trabalhadores do improviso

1 O Brasil tem 40,2% da população ocupada na informalidade. São trabalhadores sem carteira assinada ou que tocam a vida
2 por conta própria. Talvez esse número explique a desmobilização política dos movimentos sindicais. Talvez seja essa a voz nunca
3 ouvida em Brasília. São fruto da política econômica que privilegia os rentistas: umas 60 mil pessoas, com aplicações financeiras,
4 direitos, benefícios e, certamente, crachás.

5 Os 40,2% não surgiram de palpites ou de especulações. São um dos resultados do estudo *Síntese dos Indicadores Sociais*,
6 referem-se a 2004 e foram divulgados na quarta-feira, 12, pelo IBGE. Desse total, 18,2% são trabalhadores sem carteira assinada
7 e 22% os que vivem de bico ou de pequenos negócios: camelôs, quitandeiras e feirantes.

8 Tão assustador é que apenas um terço da massa de mão-de-obra brasileira, ou 30,4%, tem registro de trabalho. Isso
9 significa a segurança do FGTS, a assistência médica, o auxílio-transporte e o tíquete-refeição. Quanto aos demais, 7,7% são
10 domésticos, 7% não remunerados e 6,6%, militares e estatutários. Somente 4,1% são empregadores, patrões, senhores de terno e
11 gravata.

12 O documento volta a provar a existência de vários brasis. O estado de São Paulo, do surrado termo locomotiva do País,
13 não por acaso apresenta 45% de trabalhadores com carteira assinada, o maior percentual brasileiro.

14 Já em Tocantins e Roraima, rincões onde muitas vezes não chegam a informação e a Justiça, os que ganham o pão sem
15 registro correspondem a 25,3% e 24,3%, respectivamente, de suas populações, os maiores índices do Brasil. Impressiona ainda o
16 fato de as regiões Nordeste e Norte exibirem o maior contingente de trabalhadores não remunerados. A primeira com 12,6% e a
17 segunda, com 11% de seus habitantes aptos ao trabalho.

18 Não é gratuita, portanto, a indignação de uns poucos com a vida, sempre de improviso, que levam os cidadãos deste
19 gigante territorial chamado Brasil, que, muitas vezes, parece apenas um rascunho de país.

(*Carta Capital*, ano XII, n. 389, de 19 abr. 2006, p. 24.)

07 - Esse texto:

- orienta os leitores a só trabalhar em serviços nos quais suas carteiras de trabalho sejam assinadas.
- discute dados sobre trabalho informal no Brasil, fornecidos por uma pesquisa sobre indicadores sociais.
- analisa o percentual de desempregados no Brasil.
- informa sobre trabalhadores que ganham a vida improvisando soluções para problemas no seu trabalho.
- define as diferenças entre São Paulo e os estados do Nordeste e do Norte.

08 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- O autor utiliza a expressão “talvez” (linha 2) para mostrar que duvida que os sindicatos estejam desmobilizados.
- O autor usa a expressão “senhores de terno e gravata” (linha 10) para se referir a homens ricos e poderosos e diferenciá-los dos trabalhadores comuns.
- O autor utiliza expressões comuns na oralidade – como “tocam a vida” (linha 1) e “vivem de bico” (linha 7) – para dar um tom de informalidade e aproximar o leitor ao texto.
- O autor revela, na construção do texto, sua indignação quanto ao fato de haver muitos trabalhadores informais no Brasil.
- O autor refere-se a pessoas com crachás (linha 4) para assinalar que essas pessoas são registradas e reconhecidas como funcionárias nos lugares em que trabalham.

09 - Em relação ao quarto parágrafo, é INCORRETO afirmar:

- O termo “documento” (linha 12) refere-se à carteira de trabalho.
- A expressão “o documento” (linha 12) refere-se ao estudo *Síntese dos Indicadores Sociais*.
- O autor pressupõe que o leitor conheça previamente o tema “vários brasis” (linha 12) e relaciona esse tema à distribuição desigual do trabalho informal no Brasil.
- O autor usa a expressão “O estado de São Paulo, do surrado termo locomotiva do País” (linha 12) para indicar que o estado de São Paulo é historicamente reconhecido como uma potência econômica no Brasil.
- O autor utiliza a expressão “não por acaso” (linha 13) para indicar que, como consequência de São Paulo ser historicamente uma potência econômica, o estado tem o principal e mais estruturado mercado de trabalho do Brasil.

10 - Em relação ao quinto parágrafo, é correto afirmar:

- A expressão “já” (linha 14), nesse parágrafo, indica tempo e poderia ser substituída pela expressão “agora”.
- A expressão “ainda” (linha 15) indica que, mesmo já tendo passado algum tempo, o autor mantém-se impressionado com o fato de as regiões Nordeste e Norte exibirem o maior contingente de trabalhadores não remunerados.
- A expressão “respectivamente” (linha 15) indica que 25,3% da população de Roraima e 24,3% da população de Tocantins trabalham sem registro.
- A expressão “já” (linha 14) indica que os estados de Tocantins e Roraima, “diferentemente” de São Paulo, apresentam altos índices de trabalhadores sem carteira assinada.
- As expressões “primeira” (linha 16) e “segunda” (linha 17) referem-se a Tocantins e Roraima.

O texto a seguir é referência para as questões 11 a 14.

A grande farra nos municípios

Como é alimentada a corrupção nas prefeituras
Por Laura Diniz

(...) Tão ou mais determinante que a precariedade da fiscalização, o que impulsiona a corrupção nos municípios é o ciclo perverso que permite a sobrevivência de mais de metade deles no Brasil. Segundo o economista Rogério Boueri Miranda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 3.065 municípios brasileiros tiveram, em 2007, mais de 50% do seu orçamento composto de verbas federais fixas. Ou seja, sem a ajuda do governo federal, dificilmente sobreviveriam. Como muitas cidades pouco produzem e quase nada arrecadam, para qualquer investimento dependem também da liberação de verbas do orçamento federal – obtidas por meio de emendas apresentadas por políticos. É onde mora o perigo. Os prefeitos precisam da intermediação de deputados e senadores para conseguir a liberação das verbas para suas obras. Os parlamentares, por sua vez, em troca da liberação do dinheiro, negociam com o governo federal o seu apoio à aprovação de leis de interesse do Executivo. Quando dá tudo certo, comparecem com o recurso junto aos municípios e recebem a gratidão dos prefeitos em forma de apoio político ou recompensas mais palpáveis. Desse papel de mediadores entre governos regionais e o federal decorre o surgimento dos caciques, das oligarquias regionais – e também da corrupção. “Esses intermediários sabem que, para conseguir os disputados recursos federais, serão necessários instrumentos não ortodoxos e, muitas vezes, ilegais. A criação desses dutos, necessários para a transposição de recursos, é a grande fonte da corrupção”, afirma o filósofo Roberto Romano, analista atento do panorama ético e político.

A operação Sanguessuga, deflagrada em 2006 pela polícia Federal, ilustra à perfeição como a dependência dos municípios em relação às verbas federais e a atuação dos intermediários que transportam recursos de uma esfera a outra fomentam a corrupção. A operação desbaratou um esquema de superfaturamento na compra de ambulâncias que estava disseminado em dezenas de municípios. O valor sarrupiado chegou a 110 milhões de reais: o dinheiro saía do caixa do Ministério da Saúde rumo aos cofres municipais via dutos construídos por deputados e senadores com trânsito nas duas pontas. A Sanguessuga foi resultado de uma ação da CGU, que há seis anos passou a fazer a varredura periódica nas prefeituras. Com apenas 2.300 funcionários, no entanto, o órgão só consegue trabalhar por amostragem: em intervalos de poucos meses, sorteia sessenta municípios cujas contas examina com lupa. Diante da dificuldade de fiscalização, muitas prefeituras, quando não caem na lambança da corrupção, refestelam-se em desmandos. (...)

(Texto adaptado da Revista *Veja*, edição 2101, ano 42, n. 8, de 25 fev. 2009, p. 54–55.)

11 - De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- a) O processo de fiscalização das contas dos municípios denomina-se “dutos de transposição de recursos”.
- *b) A dependência dos municípios de verbas federais e a intermediação dos parlamentares na obtenção dessas verbas são as principais propulsoras da corrupção nos municípios.
- c) O repasse de verbas federais para os municípios restringe-se a verbas fixas.
- d) A mediação entre governo federal e governos regionais é realizada por deputados, senadores e 2.300 funcionários da CGU.
- e) A ajuda do governo federal para a realização de investimentos nos municípios é conhecida como “Operação Sanguessuga”.

12 - O texto:

- a) instrui os municípios a buscar verbas federais.
- b) afirma que o repasse de verbas federais aos municípios contraria princípios legais e morais.
- c) analisa a disputa entre a polícia federal e a CGU no combate à corrupção nos municípios.
- *d) informa sobre um dos mecanismos que pode deflagrar e sustentar a corrupção nos municípios.
- e) revela que, ao negociar com o governo federal a liberação de recursos para os municípios, as prefeituras criam dutos isentos de fiscalização pela CGU.

13 - Considere as seguintes afirmativas:

1. A autora cita a Operação Sanguessuga para exemplificar o funcionamento do sistema de corrupção criado pela mediação dos parlamentares no encaminhamento de recursos federais aos municípios.
2. A autora explicita o percurso de encaminhamento de verbas federais adicionais para os municípios.
3. A autora, na última sentença, utiliza expressões que associam à imundície as ações indevidas na administração financeira das prefeituras.
4. A autora, seguindo as orientações para produção de textos informativos, exime seu texto de juízos de valor quanto aos fatos apresentados.

De acordo com o texto, são corretas as afirmativas:

- a) 2 e 4 apenas.
- b) 2, 3 e 4 apenas.
- c) 1 e 4 apenas.
- d) 3 e 4 apenas.
- *e) 1, 2 e 3 apenas.

14 - Assinale a alternativa em que a reescrita, de acordo com a norma padrão, preserva as relações de sentido originais do período abaixo:

Como muitas cidades pouco produzem e quase nada arrecadam, para qualquer investimento dependem também da liberação de verbas do orçamento federal – obtidas por meio de emendas apresentadas por políticos.

- *a) Uma vez que muitas cidades pouco produzem e quase nada arrecadam, dependem também, para qualquer investimento, da liberação de verbas do orçamento federal, as quais são obtidas por meio de emendas apresentadas por políticos.
- b) Como muitas cidades pouco produzem e quase nada arrecadam, dependem entretanto da liberação de verbas do orçamento federal para qualquer investimento o qual obtêm por meio de emendas apresentadas por políticos.
- c) Muitas cidades, que pouco produzem e quase nada arrecadam, depende também da liberação de verbas do orçamento federal, o qual são obtidos por meio de emendas apresentadas por políticos, para qualquer investimento.
- d) Visto que muitas cidades, que pouco produzem e quase nada arrecadam para qualquer investimento, dependem também da liberação de verbas do orçamento federal, cuja obtenção se dá por meio de emendas apresentadas por políticos.
- e) Já que muitas cidades pouco produz e quase nada arrecada, qualquer investimento depende também da liberação de verbas do orçamento federal, que é obtida por meio de emendas apresentadas por políticos.

15 - Considere o seguinte conjunto de informações:

- **A Câmara de Vereadores de Olímpia deu-se ao desfrute de adquirir um portentoso painel eletrônico de votação no ano passado.**
- **O portentoso painel eletrônico de votação custou 120.000 reais.**
- **A compra do portentoso painel eletrônico de votação vem sendo investigada até hoje.**

Assinale a alternativa em que essas informações foram agrupadas corretamente numa única frase.

- *a) No ano passado, a Câmara de Vereadores de Olímpia deu-se ao desfrute de adquirir, por meio de compra que até hoje vem sendo investigada, um portentoso painel eletrônico de votação ao custo de 120.000 reais.
- b) Uma vez que a Câmara de Vereadores de Olímpia deu-se ao desfrute de adquirir um portentoso painel eletrônico de votação no ano passado, a compra vem sendo investigada, onde custou 120.000 reais.
- c) A compra do portentoso painel eletrônico de votação vem sendo investigada, no ano passado, enquanto que a Câmara de Vereadores de Olímpia deu-se ao desfrute de adquirir o aparelho por 120.000 reais.
- d) No ano passado, a Câmara de Vereadores de Olímpia deu-se ao desfrute de adquirir a compra, a qual vem sendo até hoje investigada, de um portentoso painel eletrônico de votação ao custo de 120.000 reais.
- e) A Câmara de Vereadores de Olímpia, no ano passado, deu-se ao desfrute de adquirir um portentoso painel eletrônico de votação, cuja compra vem sendo investigada até hoje ao custo de 120.000 reais.

ESTATUTO

16 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO no caso de:

- a) dois cargos de professor, independentemente da compatibilidade de horários.
- b) dois cargos de professor com um cargo técnico ou científico, observada a compatibilidade de horários.
- c) dois cargos de profissionais da área da saúde, com profissões regulamentadas, com outro de professor.
- *d) um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, observada a compatibilidade de horários.
- e) dois cargos privativos de professor com outro de especialista em educação, desde que haja compatibilidade de horários.

17 - A estabilidade consiste:

- a) em direito adquirido pelo servidor público, aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos para cargo de provimento em comissão, de não ser demitido do cargo público, a não ser por meio de sentença judicial transitada em julgado.
- *b) em direito do servidor público aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo de provimento efetivo, após 3 anos de efetivo exercício, de não ser desligado do cargo a não ser através de sentença judicial transitada em julgado, decisão proferida em processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada a ampla defesa ou através de procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada a ampla defesa.
- c) em direito adquirido pelo servidor público, após 2 anos de efetivo exercício e aprovado no estágio probatório, de não ser removido do cargo que ocupa.
- d) em direito adquirido tanto pelo servidor público quanto pelo empregado público, aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- e) na efetividade do cargo público ocupado pelo servidor aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.

18 - Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais, a posse do candidato aprovado no concurso público ocorrerá no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do ato de nomeação. Se a posse não ocorrer nesse prazo:

- a) o servidor será exonerado a pedido.
- *b) será tornado sem efeito o ato de provimento.
- c) o servidor será demitido.
- d) o servidor será exonerado de ofício.
- e) o servidor poderá tomar a posse independentemente do prazo, uma vez que foi aprovado no concurso público.

19 - A respeito do regime constitucional do teto remuneratório dos servidores públicos no Brasil, considere as seguintes afirmativas:

1. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional não podem exceder ao subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, na União, aplicando-se como limite o subsídio mensal do Governador, nos Estados, e do Prefeito, nos Municípios, no âmbito do Poder Executivo.
2. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
3. A remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa específica, em cada caso.
4. Os servidores públicos têm direito constitucional à revisão geral remuneratória, anual, na mesma data, e sem distinção de índices.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- *e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

20 - Sobre a regulamentação constitucional dos concursos públicos no Brasil, considere as seguintes afirmativas:

1. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros.
2. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
3. O prazo de validade do concurso público é de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.
4. É constitucional a previsão legal para que, já nos editais de concurso público, seja reservado um percentual dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

21 - Considere as seguintes afirmativas:

1. A demonstração do resultado do exercício discriminará a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.
2. A depreciação corresponde à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos aos desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
3. Serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- *e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

22 - No Balanço Patrimonial, os grupos de contas do ativo classificam-se em:

- *a) circulante e não circulante, composto por realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- b) circulante e não circulante, composto por realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- c) circulante, realizável a longo prazo e permanente, dividido em investimentos, imobilizado e diferido.
- d) circulante, realizável a longo prazo e permanente, dividido em investimentos, imobilizado e intangível.
- e) circulante, realizável a longo prazo e permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

23 - A movimentação patrimonial decorrente da transação aquisição de equipamentos de computação a prazo é considerada um fato:

- *a) permutativo que aumenta os elementos do ativo e do passivo.
- b) modificativo que provoca alteração no Patrimônio Líquido.
- c) misto que envolve um fato permutativo e modificativo.
- d) quantitativo que aumenta e reduz os elementos patrimoniais.
- e) modificativo que altera somente o Ativo Circulante.

24 - A Empresa ABC liquidou uma obrigação, na data do vencimento, mediante autorização de débito automático bancário. Essa operação:

- a) aumenta o Ativo Circulante e diminui o Passivo Circulante.
- b) aumenta o Passivo Não Circulante e diminui o Ativo Circulante.
- c) diminui o Passivo e o Patrimônio Líquido e aumenta o Ativo.
- *d) diminui o Passivo Circulante e diminui o Ativo Circulante.
- e) aumenta o Ativo Circulante e diminui o Passivo Não Circulante.

25 - ICMS s/Vendas é uma conta:

- a) do Passivo Não Circulante.
- *b) redutora da Receita Bruta.
- c) do Passivo Circulante.
- d) da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- e) da Demonstração do Fluxo de Caixa.

26 - No mês de novembro de X1, constam no Livro Diário da empresa Kaio e Joka Cia. Ltda. somente quatro registros:

1. **Vendas no total de R\$ 200.000, sendo R\$ 40.000 recebidos no ato e o restante (R\$ 160.000) para futuro recebimento.**
2. **Devolução de vendas no total de R\$ 30.000.**
3. **Custo das mercadorias vendidas no total de R\$ 80.000, oriundos de aquisições de mercadorias adquiridas e ainda não liquidadas.**
4. **Despesas diversas no total de R\$ 50.000.**

O resultado no final do mês, observando-se o Princípio da Competência, será de:

- *a) lucro de R\$ 40.000.
- b) prejuízo de 120.000.
- c) lucro de R\$ 150.000.
- d) prejuízo de R\$ 10.000.
- e) prejuízo de R\$ 110.000.

27 - A Empresa ABC adquiriu um veículo nas seguintes condições: 30% de entrada mediante emissão de cheque do Banco HPD e o saldo em 10 pagamentos de \$ 3.150, por meio de duplicatas. Essa transação gerou o seguinte lançamento contábil:

- | | | |
|-----|-----------------------------|------------|
| a) | Débito: Caixa | 13.500,00. |
| | Débito: Veículos | 31.500,00. |
| | Crédito: Duplicatas a Pagar | 45.000,00. |
| b) | Débito: Banco c/Movimento | 13.500,00. |
| | Débito: Veículos | 31.500,00. |
| | Crédito: Duplicatas a Pagar | 45.000,00. |
| *c) | Débito: Veículos | 45.000,00. |
| | Crédito: Banco c/Movimento | 13.500,00. |
| | Crédito: Duplicatas a Pagar | 31.500,00. |
| d) | Débito: Móveis e Utensílios | 45.000,00. |
| | Crédito: Banco c/Movimento | 13.500,00. |
| | Crédito: Duplicatas a Pagar | 31.500,00. |
| e) | Débito: Caixa | 13.500,00. |
| | Débito: Móveis e Utensílios | 31.500,00. |
| | Crédito: Duplicatas a Pagar | 45.000,00. |

28 - A Empresa MNP vende mercadorias do seu estoque, normalmente, a prazo e concomitantemente efetua o desconto das referidas duplicatas no Banco FGK. Assinale a alternativa do registro contábil quando da efetivação da liquidação da duplicata informada pelo banco:

- a) Bancos
a Duplicatas Descontadas
- b) Clientes
a Duplicatas a Receber
- c) Duplicatas a Receber
a Duplicatas Descontadas
- *d) Duplicatas Descontadas
a Duplicatas a Receber
- e) Duplicatas Descontadas
a Bancos

O balancete a seguir é referência para as questões 29 a 32.

EMPRESA BCD S.A.
Balancete de Verificação

CONTAS	SALDOS em 31.12.x5 em \$	
	Devedores	Credores
Caixa	1.000	
Banco c/Movimento	1.200	
Aplicação Financeira	3.000	
Veículos	4.320	
Depreciação acumulada		1.440
Estoque de mercadorias	4.300	
Venda de mercadorias		5.800
CMV	???	
Clientes	1.500	
Fornecedores		5.300
Capital Social		10.000
Receita c/aplicação financeira		100
Despesa com salários	4.000	
Despesa com material de limpeza	960	
Despesa com depreciação	860	
Despesa com aluguéis	700	
Total		

29 - Após elaboradas as demonstrações contábeis, o total do Ativo é:

- a) 15.320.
- b) 14.320.
- *c) 13.880.
- d) 13.320.
- e) 14.880.

30 - Sabendo que o Estoque Inicial era de \$ 5.100 e que no período não ocorreram novas compras de mercadorias, calcule o Custo das Mercadorias Vendidas.

- a) 1.800.
- *b) 800.
- c) 1.600.
- d) 600.
- e) 1.400.

31 - Assinale a alternativa que apresenta o total do Patrimônio Líquido.

- a) 13.880.
- b) 10.000.
- c) 9.380.
- *d) 8.580.
- e) 10.620.

32 - Os percentuais de Capital de Terceiros e Capital Próprio da Empresa BCD são, respectivamente:

- *a) 38% e 62%.
- b) 62% e 32%.
- c) 400% e 32%.
- d) 32% e 400%.
- e) 125% e 38%.

33 - Assinale a alternativa que apresenta corretamente a equação do Lucro Bruto (LB).

- a) LB = Receita Bruta com Vendas – Custos com Mercadorias Vendidas.
- b) LB = Receita Líquida com Vendas – Deduções das Vendas – Custos com Mercadorias Vendidas.
- *c) LB = Receita Bruta com Vendas – Deduções das Vendas – Abatimentos – Impostos – Custos com Mercadorias Vendidas.
- d) LB = Receita Líquida com Vendas – Deduções das Vendas – Custos com Mercadorias Vendidas – Impostos.
- e) LB = Receita Bruta com Vendas – Deduções das Vendas – Custos com Mercadorias Vendidas.

34 - A boa técnica contábil estabelece que a empresa constitua, em cada exercício, uma provisão para atender as contas incobráveis, conhecida por PDD – Provisão para Devedores Duvidosos (ou provisão para contas incobráveis). A constituição da PDD atende, dentre outros, ao seguinte Princípio Fundamental:

- a) da Perda.
- *b) da Prudência.
- c) do Registro pelo Valor Original.
- d) da Oportunidade.
- e) da Entidade.

35 - Num sistema de Contabilidade de Custos, o fluxo básico de atividades obedece à seguinte ordem:

- () Apropriação dos custos diretos a cada produto.
- () Separação entre custos e despesas.
- () Rateio dos custos indiretos aos produtos.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 3 – 2.
- *b) 2 – 1 – 3.
- c) 2 – 3 – 1.
- d) 3 – 1 – 2.
- e) 3 – 2 – 1.

36 - Os elementos básicos do custo de fabricação são:

- a) matéria-prima, gastos gerais de fabricação e custos finais.
- b) matéria-prima, custos diretos fixos e custos diretos variáveis.
- *c) matéria-prima, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabricação.
- d) matéria-prima e custos indiretos fixos.
- e) matéria-prima, gastos gerais de fabricação, custos diretos fixos e custos indiretos fixos.

37 - O CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) é obtido pela fórmula:

(CMV = Custos das Mercadorias Vendidas; EI = Estoque Inicial; EF = Estoque Final; C = Aquisição de Mercadorias no Período; CF = Custos Fixos; CV = Custos Variáveis)

- a) $CMV = (CF + CV) - C + EF$.
- *b) $CMV = EI + C - EF$.
- c) $CMV = EI + C + EF$.
- d) $CMV = (CF - CV) - C - EF$.
- e) $CMV = EI + (CF + CV) - C + EF$.

38 - A contratação de seguro das instalações da Empresa MILEUM, com cobertura para doze meses, no valor de R\$ 4.200,00, foi devidamente contabilizada tendo como data de vigência a partir de 01.10.2008. No encerramento do exercício, em 31.12.2008, a conta de Despesas de Seguros deveria apresentar o seguinte valor:

- a) R\$ 350,00.
- b) R\$ 1.750,00.
- c) R\$ 4.200,00.
- d) R\$ 1.400,00.
- *e) R\$ 1.050,00.

39 - Uma duplicata, oriunda de uma determinada obrigação, com vencimento para 15.02.x9, foi liquidada, em dinheiro, 30 dias antes do seu vencimento. No ato da liquidação obteve-se um desconto de 3%. O fato deve ser registrado pelo seguinte lançamento contábil:

- a) Duplicatas a Pagar
a Caixa
a Descontos de Duplicatas
- b) Duplicatas a Pagar
a Duplicatas Descontadas
a Descontos Obtidos
- *c) Duplicatas a Pagar
a Caixa
a Descontos Obtidos
- d) Duplicatas a Pagar
a Caixa
a Duplicatas Descontadas
- e) Duplicatas a Pagar
a Caixa
a Descontos Incondicionais

40 - Considere os dados abaixo:

Estoque Inicial	30.000,00
Compras de Mercadorias para Revenda	400.000,00
Devoluções de Compras	20.000,00
Fretes sobre Compras	5.000,00
ICMS sobre Compras	76.000,00
Vendas	735.000,00
Devoluções de Vendas	35.000,00
Fretes sobre Vendas	12.000,00
ICMS sobre Vendas	140.000,00
Estoque Final	80.000,00

Assinale a alternativa que apresenta o valor Custo das Mercadorias Vendidas.

- a) 249.000,00.
- *b) 259.000,00.
- c) 409.000,00.
- d) 419.000,00.
- e) 239.000,00.

QUESTÃO DISCURSIVA A

01 - A responsável por certo blog discute o tema “bebida e direção”. Dentre os textos, a autora expõe fotos de outdoors de uma campanha publicitária e afirma que, “de maneira direta e com humor”, os outdoors da campanha “na saída da cidade de Salinas, no Norte de Minas, chamam a atenção do motorista para o risco de beber e dirigir”. Observe atentamente a imagem abaixo e, com base no texto do outdoor, explique a afirmação “de maneira direta e com humor” feita pela autora.

Seu texto deve ter no mínimo 8 e no máximo 10 linhas.



Fonte: <http://maryvillano.blogspot.com/2009/02/bebida-e-direcao-que-mistura-perigosa.html>

QUESTÃO DISCURSIVA B

02 - Em um texto de divulgação científica veiculado pela Internet, Nelson Leitão Paes e Marcelo Lettieri Siqueira discutem o crescimento econômico das regiões brasileiras. Como dado dessa discussão, os autores apresentam a tabela abaixo. Compare a participação das regiões brasileiras no PIB nacional, especialmente nos anos 1990, 1995 e 2002.

Seu texto deve ter de 7 a 10 linhas.

Tabela 2 – Participação das regiões brasileiras no PIB nacional

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1950	1,71%	14,47%	66,00%	16,10%	1,72%
1960	2,30%	14,53%	63,59%	17,26%	2,32%
1970	2,22%	11,92%	65,21%	17,04%	3,61%
1980	3,33%	12,17%	62,19%	17,29%	5,02%
1985	4,22%	13,83%	59,45%	17,11%	5,39%
1990	5,02%	14,06%	58,38%	15,96%	6,58%
1995	4,86%	13,65%	57,25%	17,35%	6,89%
2002	5,00%	13,50%	56,30%	17,70%	7,40%

Fonte: Azzoni (1997) e IBGE (2002).

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14138502008000400008&script=sci_arttext

Limite mínimo